

FIM

FIM AO TERRORISMO FASCISTA
MORADORES / TRABALHADORES
DIA 17 PR. H. DELGADO 17h



MANIFESTAÇÃO

GAFEIRA - 18-1930
PR. GEN. HUMBERTO DELGADO
COMISSÕES DE MORADORES E TRABALHADORES



SIM



NÃO

MORADORES / TRABALHADORES
DIA 17 PR. H. DELGADO 17h

FIM A PARALIZAÇÃO DO PROCESSO SAAI



MORADORES / TRABALHADORES
DIA 17 PR. H. DELGADO 17h

INTERVENÇÃO PARTICIPADA NA CIDADE

EXPERIÊNCIA S.A.A.I.

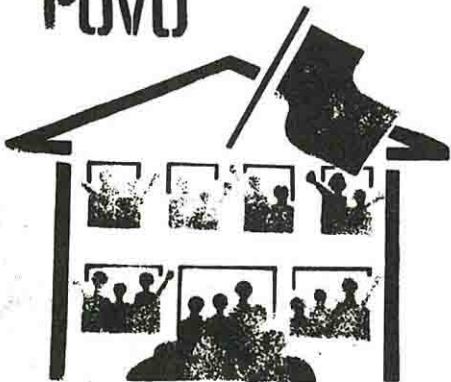
E.S.B.A.P./JULHO 77

FIM A PARALIZAÇÃO DO PROCESSO SAAI



MORADORES / TRABALHADORES
DIA 17 PR. H. DELGADO 17h

CÁMARA AO SERVIÇO DO POVO



MANIF. DOS MORADORES
PR. HUMB. DELGADO, 23/16h.



GRANDE MANIF. COM. MORADORES SAB-16H PRUM DELGADO

LEGALIZAÇÃO IMEDIATA DAS CASAS OCUPADAS



GRANDE MANIF. SAB 6-16H P. HUMB. DELGADO COM. MORADORES

Desde há longos anos que o Curso de Arquitectura da ESBAP procura, no campo da habitação, uma ligação estreita com as camadas mais carenciadas da população da cidade.

Com o 25 de Abril abrem-se novas perspectivas que permitem à Escola voltar-se agora, não só para trabalhos de análise e formulações teóricas nesse sector, mas para uma actividade que, por ser concretizável, se pode tornar verdadeiramente interveniente.

As lutas desenvolvidas pelos moradores pobres do Porto e o campo aberto pela criação do SAAL, em Agosto de 1974, definem uma clara opção: todo o programa de estudos da Escola se debruça sobre os problemas da cidade, tentando, através duma prática em constante diálogo com a população, e encontrar de soluções novas em que o técnico deixe de actuar isolado daqueles a quem deve servir. Um contributo inestimável à formação dos novos Arquitectos adveio desta actuação.

Por isso assumimos a exposição INTERVENÇÃO PARTICIPADA NA CIDADE, a experiência SAAL.

Abrimos as nossas salas à exposição organizada a nível nacional!



pelos trabalhadores do SAAL e pelas Brigadas Técnicas. Contribuímos com a realização das actividades complementares programadas que se integram nos nossos objectivos pedagógicos. Tornamo-las patentes à população para que, com a sua participação se possa reflectir criticamente sobre esta experiência.

O Conselho Directivo da 1ª Secção - Arquitectura da E.S.B.A.L.P.

JULHO - 77

PROCESSO SAAL - JUNIO 77 3

A 6 de Agosto de 1974 é criado, por despacho, o Serviço de Apoio Ambulatório Local, com objectivos bem definidos: fornecer apoio fun-
diário, técnico e financeiro a populações organizadas para participar
na transformação dos seus bairros, aproveitando os recursos
dessa população - autoconstrução e autofinanciamento - sob contro-
lo urbanístico das câmaras municipais. Mais do que um programa de
intervenção do Estado no sector da habitação é assim criado um con-
junto de disponibilidades técnicas e financeiras que, posto por
definição no serviço das populações mal alojadas, é por estas ado-
ptado como uma possibilidade a utilizar, corrigidas, na concretiza-
ção do "direito à habitação" sob seu controlo.

É assim que o programa SAAL, não tendo uma definição inicial mui-
to clara, foi sendo clarificado em resultado de uma longa luta e
reflexão dos moradores pobres, principais interessados, no sentido
da concretização do que no despacho eram indefinições, ambiguidades
ou até incorrecções e a que agora se vem chamar "pureza ini-
cial".

O SAAL podia, à data da sua extinção, ser definido como uma inter-
venção de carácter prioritário subordinada à concretização do di-
reito à habitação e do direito à cidade sob o controlo dos morado-
res organizados - assentando, mais pormenorizadamente, em sete

- carácter prioritário na intervenção, iniciativa e organização dos moradores pobres, controlo sobre a localização dos núcleos habitacionais, controlo sobre o trabalho de apoio técnico, gestão da obra, controlo sobre o processo de financiamento e gestão social das casas e dos bairros.

Assim o entenderam os moradores nele interessados e assim o interpretaram os trabalhadores do Serviço.

O SAAL foi criado em tempo de transformação e de agudização da luta de classes, num momento em que o aparelho de estado traduzia as indefinições a nível do poder e estava desorganizado e quase totalmente paralizado. Apenas sectores criados de novo e com uma lógica nova, directamente decorrentes da situação que se vivia, tiveram alguma operacionalidade.

Criado para coordenar o apoio às populações organizadas com o objectivo de melhorarem as suas condições de habitação, o SAAL foi muitas vezes obrigado a estar contra outros sectores do aparelho de estado que se mantiveram na defesa de outros interesses de classe. É evidente que nesta situação residia uma das suas ambiguidades. Sectores do aparelho de estado em contradição com outros sectores do aparelho de estado. Daqui decorre agora a acusação de "serviço paralelo". Paralelo ao aparelho de estado que herdamos do fascismo? Mais exacto seria dizer contra, como única alternativa que tinha para cumprir os seus objectivos.

O Serviço procurou ir adaptando a sua estrutura à dinâmica do movimento dos moradores. Esta concepção, coerente com o espírito da operação que o despacho inicial pretendia lançar, era a única que poderia apoiar na totalidade o avanço da organização e consciências dos moradores sem os controlar através de princípios definidos à priori e certamente no desconhecimento da realidade.

A margem de manobra do SAAL não era, no entanto, tão grande quanto o querem fazer crer. Todas as verbas dispendidas, incluindo os honorários dos técnicos, foram sempre controlados por alguns dos que agora o acusam e são, em última instância, da sua responsabilidade. O que é grave é que tendo-se gasto dinheiro do povo português na elaboração de projectos se impeça agora a sua utilização, arquivando-os. Projectos esses que dariam lugar à construção de milhares de casas se os terrenos a eles necessários não estivessem em "direito de reserva" para a próxima-futura especulação privada.

Ao longo de dois anos os trabalhadores do SAAL, apesar dos ataques

- que chegaram ao terrorismo bombista - e todo o tipo de bloqueamentos, procuraram com os moradores definir uma nova metodologia de intervenção na cidade a partir da participação efectiva da população e da sua lógica. É uma experiência histórica que não poderá ser apagada por des-pacho.

No Porto, e provavelmente em mais locais do país, a organização dos moradores, nascida espontaneamente a partir dos interesses locais e imediatos dos moradores pobres, vai ganhando maior complexidade e acompanhando, do particular para o geral, a tomada de consciência em relação aos problemas da cidade, tornando possível a par e passo da análise da realidade e das necessidades autênticas das massas populares a formulação das primeiras propostas alternativas ao Plano Director. Os moradores assumem a crítica ao Plano e participam na definição das novas propostas a caminho dum projecto global que, na circunstância da cidade do Porto, corresponde, entre outros aspectos, a uma mudança de significado do anel de habitação operária. Recuperar a "ilha" é critério generalizável a grande número de operações, realizável, transformador da cidade pela inversão de uso e de dignidade e não por destruição. Não engloba a libertação de terrenos no centro, tão cara à especulação que esperava o seu reaparecimento propício...

Era evidente para todos os que trabalharam no SAAL que a sobrevivência de serviços desta natureza dependeria em última instância das soluções políticas que fossem encontradas a nível global e que o SAAL estava condenado a ser expulso logo que a reorganização capitalista atingisse o aparelho de estado, isto é fosse institucionalizada.

O Serviço é de facto abruptamente dissolvido através de um despacho conjunto emanado do MAI e MJC em 27 de Outubro de 1976.

O processo foi paralizado a pretexto de não dar resposta às necessidades expressas das populações nele englobadas, de contribuir para o caos e a anarquia urbanística, de iludir os problemas reais com que este tipo de processo se deve debater. É ordenada uma Sindicância ao SAAL. É desprezado todo um trabalho feito que, ao nível do processo, abarca os campos do solo, financiamento, projecto, obra e gestão social e que, apesar dos entraves que sofreu, produziu os seguintes resultados:

- 271 pedidos de intervenção, dos quais foram satisfeitos 174 envolvendo 41 758 famílias;
- 112 processos de expropriação num total de 2 343 343 m², dos quais apenas 193 346 m² foram expropriados;

- 109 operações em projectação de habitações, 4 640 estudos prévios, 6 339 anteprojectos, 8 335 projectos;
- até 31/10/76 iniciada a construção de 2 259 fogos, podendo ter-se iniciado até ao primeiro trimestre de 1977, 5 941 fogos.

A extinção do SAAL demonstra a coerência de novo conseguida no aparelho de estado que assim clarificou os interesses que defende - actualizar as condições do desenvolvimento capitalista em Portugal.

O governo lança medidas para importação dos excedentes de políticas de alojamento desactualizadas e ultrapassadas, sujeitas às dependências em que se apoia. A direita ultrapassa e aproveita essas medidas. Tenta-se revogar toda a legislação aprovada depois do 25 de Abril (expropriações, arrendamento, legalização de casas ocupadas, proibição de demolições, etc.), declarando-a anti-constitucional.

O alegado reactivar da construção civil passa por episódios tão contraditórios como a compra de pré-fabricados a países "amigos".

A luta dos moradores foi contra o sistema capitalista e são as suas organizações que se atacam quando se ataca o SAAL.

É indispensável tornar as coisas claras. Não são os técnicos que são incompetentes, nem o Serviço que desviou dinheiro, são os moradores que são culpados por lutarem pelos seus direitos!

Os propósitos e medidas concretas para restabelecer os mecanismos da especulação, a tentativa de demonstrar a inviabilidade a nível do planeamento das propostas globais implícitas e em estudo a partir do trabalho da coordenadora SAAL e das brigadas técnicas e de recuperação dos critérios do Plano Director, elaborado em pleno fascismo, não conseguiram, no caso do Porto, resultados imediatos e são hoje objecto de crítica pública por elementos das Associações de Moradores e nos debates da Assembleia Municipal. A tentativa, de resto inapta, de propor outras respostas às necessidades da população pôs em destaque, talvez para surpresa de alguns, a consciencialização e informação das Associações e seus representantes. No caso do Porto, onde a luta dos moradores anterior e posterior ao 25 de Abril permitiu a aquisição de uma experiência que não se engana facilmente, a situação está particularmente polarizada, uma vez que o movimento dos moradores enfrenta uma autarquia de maioritariamente P.S., dominada pelos seus antigos e anquilosados quadros técnicos que tentam dramaticamente e sem o conseguir, por incompetência e incultura, utilizar a linguagem da tecnocracia europeia social-democrata.

A situação varia de região para região, dependendo da relação de for

gas no interior das autarquias locais e da capacidade de resposta do movimento popular, o que implica uma quase irreversível perda do carácter global que deu dimensão revolucionária ao Movimento dos Moradores. No entanto, todos estes problemas tem constituído motivo de reflexão e aprendizagem.

A organização dos moradores pode ser obrigada a mudar de tática, para posições provisoriamente defensivas. Quando se pretende dividir e amortecer conflitos inevitáveis, obrigando que os contactos das Associações de Moradores com as Câmaras se processem através das Juntas de Freguesia, aquelas tem conseguido, em alguns casos, utilizar as contradições internas do aparelho administrativo conseguindo através das Juntas pressionar as Câmaras Municipais no sentido da defesa dos seus interesses.

A experiência das brigadas técnicas desenvolvida a partir de contradições abertamente interpretadas e assumidas num forte movimento colectivo, não se perde. Os erros cometidos fortalecem a sua capacidade de acompanhar e responder às situações novas, apesar do demissionismo de alguns.

A escola de arquitectura analisa os acontecimentos e tenta colaborar na teorização de uma prática tão rica e de que tem decorrido directamente a qualidade do seu esforço pedagógico.

Tenta-se a todos os níveis utilizar a fragilidade caluniosa dos ataques e a dificuldade de encontrar alternativas, para pressionar a conclusão das obras em curso: fragmentos de imagem de uma cidade liberta das mãos que a destroem ao construir uma renovação capitalista em segunda mão. Não só memória mas sobretudo dados de acção para todos e futuros momentos.

JUNHO 1977

Texto colectivo enviado para publicação na revista Architecture
d'Aujourd'hui

SINTESE DA ACTIVIDADE DO SAAL-NORTE

Desde a criação do SAAL (6 de Agosto de 1974) e até à data da sua extinção pelo MEUC e pelo MAI, em 23 de Outubro de 1976, foram recebidos no SAAL-NORTE 115 pedidos de intervenção em Zonas de habitação degradada, tendo sido satisfeitos 69, para o que foram constituídas 48 brigadas técnicas. Nestas operações estava incluído uma população de 61.926 pessoas correspondendo a 16.865 famílias.

A obtenção do terreno, da responsabilidade das Câmaras Municipais, foi sempre objecto de múltiplas manobras de entrave, já que dos 1.602.477m² distribuídos por 1.452 parcelas em 42 operações propostos e aprovados oficialmente para aquisição, apenas foi tomada posse de 46.516m² distribuídos por 50 parcelas em 5 operações. Isto é, ao longo de mais de dois anos de funcionamento do SAAL-NORTE, apenas foi tomada posse de 2,9% da área proposta. Além disto, aguardam publicação de D.U.P. e D.Z.D. em Diário da República 20 operações totalizando uma área de 809.241m² (que contam já com 778 fogos projectados e 9 operações com 531.440m² aguardam idêntica publicação para a D.Z.D., possuindo portanto, já a D.U.P.) - só neste último caso estão envolvidas 2.831 famílias! -

Apesar da actuação dos 6 Governos Provisórios e do 1º Governo Cons

titucional, a quem cabe a responsabilidade da extinção do SAAL, foram concluídos projectos de 1.179 fogos que por isso se encontram prontos para construir, bastando para isso que os respectivos terrenos sejam postos à disposição das Associações de Moradores. Além dos projectos já concluídos estão em fases diversas de projectação 8.259 fogos assim distribuídos: 1.231 com ante-projecto concluído; 1.095 com estudo prévio concluído e 5.924 com estudos de implantação e urbanização concluídos.

Apesar da situação descrita foi iniciada a construção de 374 fogos em 10 operações, prevendo-se, não fora a extinção do Serviço, que até 31/3/1977 fosse possível iniciar a construção de 1.752 fogos, caso a obtenção de terrenos fosse desbloqueado; a estes 374 fogos corresponde o custo de empreitada de 69.499.381\$00, ou seja, 135.327\$00 por fogo.

Embora no âmbito do SAAL-NOBRE exista o volume de trabalho atrás citado, nesta exposição apresentam-se somente dados gráficos relativos às operações de:

ANGEIRAS

AVITAS

ARRABIDA

LAPA

LEAL

MACEDA

MASSARELOS

MIRAGALA

PRELADA

S. PEDRO DA CUIVA

S. VICTOR

SE

Apenas as Brigadas Técnicas ligadas a estas operações elaboraram os respectivos painéis.

INTERVENÇÃO PARTICIPADA NA CIDADE A EXPERIÊNCIA SAAL

PROGRAMA

- Sex 1 - 21,30h** - Abertura da Exposição
- "A Administração Pública e a Participação das Populações na Política Urbana"-Tema a desenvolver pelo Arq. Nuno Portas.
- Sáb 2 - 21,30h** - "Habitação Um Desafio"-filme de Fernando Lopes;
- "Direito à Habitação"-filme da Cinequipa;
- "Meninos Ciganos"-filme de Mameia Bacelar.
- Ter 5 - 21,30h** - A Operação SAAL de Miragaia;
- A Operação SAAL da Sé;
(Proj. slides c/ intervenção dos responsáveis)
- Qua 6 - 21,30h** - "Uma Experiência Jurídica no Campo do Alojamento"-Tema a desenvolver pelo Dr. Mário Brochado Coelho;
- A Operação SAAL do Leal;
(Proj. slides c/ intervenção dos responsáveis)
- Qui 7 - 21,30h** - A Operação SAAL das Antas;
- A Operação SAAL da Arrábida;
(proj. slides c/ intervenção dos responsáveis)
- Sex 8 - 21,30h** - "Porto - Luta Urbana e Política da Habitação"-Tema a desenvolver pelo Arq. A.Alves Costa;
- "O Museu", "O Que a Mina Deve" e "Para Além da Mina" - filmes de Rui Simões seguidos de debate com a presença do realizador.
- Sáb 9 - 17,00h** - "Direito à Cidade" - filme de Eduardo Gada seguido de debate com a presença do realizador.
- "O Museu", "O Que a Mina Deve" e "Para além da Mina" - filmes de Rui Simões (repetição).
21,30h - "Barronhos" - filme de Luís Rocha seguido de debate com a presença do realizador.
- Dom 10 - 21,30h** - "Meia Praia"-filme de Cunha Teles seguido de debate com a presença do realizador.
- Ter 12 - 21,30h** - "Planeamento Urbano" - debate público com a participação de entidades convidadas e moderado pelos professores Jacinto Rodrigues e M.Fernandes de Sá, da ESBAP.
- Qua 13 - 21,30h** - "Renovação Urbana" - debate público com a participação de entidades convidadas e moderado pelos professores Fernando Távora e Siza Vieira.
- Qui 14 - 21,30h** - "Habitação" - debate público com a participação de entidades convidadas e moderado pelos professores Alcino Soutinho e Pedro Ramalho.
- Sex 15 - 21,30h** - A Operação SAAL de S. Pedro da Cova;
- A Operação SAAL de S. Victor;
(Proj. slides c/ intervenção dos responsáveis)

Horário da Exposição: Todos os dias das 15,00 às 19,00h e das 21,30 às 23,30h, excepto nos dias 3, 4 e 11 à noite.

Escola Superior de Belas Artes do Porto - Curso de Arquitectura



Monday, June 1st, 1880

Left for the ...

Arrived at ...

Journal

Left at ...

Arrived at ...

Left at ...

Arrived at ...

Left at ...

Arrived at ...

Left at ...

Arrived at ...

Left at ...

Arrived at ...

Left at ...

Arrived at ...

Left at ...